



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

Trabalho, gênero e produção jornalística: a cobertura da violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo

Yara Lopes¹

Rafael Bellan²

Resumo: Este artigo analisa o trabalho das jornalistas na cobertura da violência contra a mulher a partir de uma perspectiva materialista, deslocando o foco do conteúdo das matérias para as condições concretas de sua produção. Parte-se da compreensão de que o jornalismo é uma forma de trabalho assalariado, inserido nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo e atravessado por relações de exploração e divisão sexual do trabalho. Com base em pesquisa realizada no jornal *A Gazeta* (ES), que envolveu análise de matérias e entrevistas com jornalistas, o estudo evidencia como condições como ritmo produtivo intensificado, dependência de fontes institucionais e orientações editoriais influenciam a forma como a violência é narrada. Argumenta-se que tais limites expressam a organização do trabalho e que a divisão sexual atravessa o campo jornalístico, afetando produção e sentidos.

Palavras-chave: mundo do trabalho; jornalismo; gênero; enquadramento; violência contra a mulher.

Work, gender and journalistic production: coverage of violence against women in contemporary capitalism

Abstract: This article analyzes the work of journalists in covering violence against women from a materialist perspective, shifting the focus from news content to the concrete conditions of its production. It understands journalism as a form of wage labor embedded in the dynamics of contemporary capitalism and shaped by relations of exploitation, productive hierarchies and the sexual division of labor. Based on a study conducted at the newspaper *A Gazeta* (ES), combining content analysis and interviews with journalists, the article shows how working conditions—such as intensified production rhythms, reliance on institutional sources and editorial constraints—directly influence how violence against women is reported. It argues that the predominance of event-centered narratives and limited contextualization reflects the organization of journalistic labor rather than individual shortcomings. Drawing on Marxist feminism, the article highlights how gendered divisions of labor affect both working conditions and the production of meaning. It concludes that understanding media representations of gender-based violence requires analyzing journalistic labor as a key mediation in the production of meaning.

Keywords: world of work; journalism; gender; framing; violence against women.

¹ Doutoranda em Comunicação e Territorialidades (UFES), membro do grupo de pesquisa LAJE e bolsista FAPES 1. Email: yarak.lobes@gmail.com

² Professor do departamento de Comunicação e Territorialidade (UFES), coordenador do grupo de pesquisa LAJE. Email: rafaelbellan@yahoo.com.br

1 . Introdução

A intensificação das transformações no mundo do trabalho, marcada pela precarização, flexibilização, plataformização e reestruturação produtiva, tem atingido diferentes categorias profissionais, entre elas o jornalismo. No interior desse processo, a atividade jornalística deve ser compreendida não apenas como prática discursiva ou técnica de produção de notícias, mas como trabalho assalariado realizado em condições concretas, atravessado por hierarquias empresariais, rotinas produtivas, disputas editoriais e relações sociais de classe, raça e gênero.

Este artigo parte dessa compreensão para analisar o trabalho de jornalistas mulheres na cobertura da violência contra a mulher, tomando como base parte dos resultados da dissertação *O enquadramento jornalístico das matérias de violência contra a mulher e o trabalho das jornalistas da Gazeta ES* (LOPES, 2021). Na pesquisa original, foram analisadas matérias publicadas pelo jornal *A Gazeta*, no Espírito Santo, e realizadas entrevistas com jornalistas que produziram conteúdos sobre violência de gênero. O objetivo, neste artigo, é deslocar o foco principal do enquadramento das notícias para as condições de trabalho das profissionais responsáveis por sua produção.

A violência contra a mulher é uma expressão histórica da sociedade patriarcal e capitalista, mas sua cobertura jornalística não pode ser analisada apenas pelo conteúdo publicado. É preciso considerar também as condições materiais de produção da notícia: quem escreve, em que ritmo, sob quais orientações, com quais limites de tempo, chefia, linha editorial e formação crítica. O texto jornalístico que chega ao público é resultado de um processo de trabalho, e não de uma ação individual isolada. Nesse sentido, a jornalista não é uma “mediadora neutra” da realidade, mas uma trabalhadora inserida em uma empresa de comunicação, submetida às contradições próprias do trabalho assalariado.

A pesquisa que sustenta este artigo identificou que a cobertura da violência contra a mulher ainda reproduz traços machistas, racistas e classistas, mas também apontou que essa reprodução não pode ser atribuída apenas à vontade individual das jornalistas. Ela se relaciona aos interesses do veículo, à socialização das próprias trabalhadoras e às condições concretas de produção jornalística. Essa constatação permite articular o debate sobre jornalismo e violência de gênero ao campo mais amplo do mundo do trabalho,

especialmente quando observamos a divisão sexual do trabalho e os limites impostos às mulheres mesmo em ocupações intelectuais e simbólicas.

A partir de uma perspectiva materialista, este artigo busca discutir como o trabalho das jornalistas que cobrem violência contra a mulher é atravessado por contradições entre consciência, gênero, rotina produtiva e estrutura empresarial. Parte-se da hipótese de que essas profissionais ocupam uma posição contraditória: ao mesmo tempo em que podem inserir deslocamentos críticos na cobertura jornalística, atuam dentro de condições de trabalho que limitam sua autonomia e tendem a subordinar a produção de sentido aos interesses e ritmos da empresa de comunicação.

Metodologicamente, o artigo realiza uma extração analítica da dissertação, concentrando-se especialmente no capítulo dedicado ao trabalho das jornalistas. A pesquisa original partiu da análise de matérias sobre violência contra a mulher publicadas por *A Gazeta* e de entrevistas com cinco jornalistas vinculadas ao veículo, buscando compreender a relação entre o produto jornalístico e seu processo de produção. Neste artigo, esse material é reorganizado em diálogo com o eixo temático “Classe trabalhadora e mundo do trabalho”, privilegiando as categorias de trabalho, exploração, divisão sexual do trabalho, subjetividade e produção jornalística. Ao inserir o jornalismo no debate sobre o mundo do trabalho, pretende-se contribuir para uma compreensão menos idealizada da prática profissional. A cobertura da violência contra a mulher não depende apenas de boa vontade, sensibilidade ou identificação de gênero das jornalistas com o tema. Ela é condicionada por relações de trabalho, por formas de organização produtiva e por estruturas históricas de dominação que atravessam tanto as mulheres retratadas nas matérias quanto as mulheres que trabalham na produção dessas narrativas.

2. Trabalho, gênero e capitalismo

A análise do trabalho das jornalistas na cobertura da violência contra a mulher exige, antes de tudo, situar essa atividade no interior das transformações mais amplas do capitalismo contemporâneo. Não se trata de pensar o jornalismo apenas como prática discursiva ou produção de conteúdo, mas como trabalho, ou seja, uma relação social atravessada por exploração, hierarquias e disputas de sentido.

Como aponta Marx (2013), o trabalho assalariado é a base da produção capitalista, na medida em que a força de trabalho é transformada em mercadoria e

inserida em um processo orientado pela valorização do capital. No entanto, essa dinâmica não se limita ao espaço da produção direta. Para além da fábrica ou da empresa, o capitalismo depende de um conjunto de atividades que garantem a reprodução da vida e da própria força de trabalho e é nesse ponto que o feminismo marxista se torna fundamental. Federici (2017) demonstra que a acumulação capitalista não pode ser compreendida sem considerar o papel central da reprodução social e a subordinação histórica das mulheres. Como afirma a autora, “o capitalismo sempre precisou controlar e explorar o trabalho das mulheres, tanto dentro quanto fora do lar” (FEDERICI, 2017, p. 23). Esse controle não é apenas econômico, mas também simbólico e político, atravessando diferentes esferas da vida social.

A divisão sexual do trabalho organiza esse processo ao atribuir às mulheres funções historicamente desvalorizadas, tanto no campo produtivo quanto no reprodutivo. Saffioti (2004) chama atenção para o fato de que o patriarcado não opera isoladamente, mas de forma articulada com o capitalismo, produzindo formas específicas de dominação que estruturam as relações sociais. Isso significa que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não elimina desigualdades, mas frequentemente as reorganiza com novas condições.

Nessa mesma direção, Fraser (2024) propõe compreender o capitalismo como um sistema que depende estruturalmente da reprodução social, ainda que a desvalorize e a coloque em crise. Para a autora, há uma contradição central entre as exigências da acumulação e as condições necessárias para a sustentação da vida, o que se expressa, entre outros aspectos, na sobrecarga das mulheres e na precarização das atividades de cuidado. Isso permite entender o trabalho feminino não apenas como inserção no mercado, mas como parte de um arranjo mais amplo que articula produção, reprodução e exploração.

No caso do jornalismo, essa contradição aparece de maneira bastante evidente. Ainda que seja uma atividade associada à produção intelectual, o trabalho jornalístico está submetido a rotinas produtivas rígidas, prazos, hierarquias e interesses empresariais. As jornalistas não escrevem a partir de um lugar neutro ou completamente autônomo, mas a partir de condições concretas que atravessam suas decisões, seus limites e as próprias possibilidades de abordagem dos temas. Ao mesmo tempo, a presença de mulheres na profissão não significa, isoladamente, uma transformação automática das

narrativas produzidas. Como aponta Davis (2016), a inserção feminina no trabalho assalariado não rompe, por si, com as estruturas de opressão, já que estas continuam operando tanto no espaço produtivo quanto fora dele. No jornalismo, isso se expressa, por exemplo, na distribuição desigual de pautas, nas dificuldades de ascensão profissional e na sobreposição entre trabalho produtivo e responsabilidades reprodutivas.

Pensar o trabalho das jornalistas a partir dessas categorias permite deslocar o olhar da análise exclusiva do texto para as condições em que ele é produzido. A cobertura da violência contra a mulher não é resultado apenas de escolhas individuais ou de maior ou menor sensibilidade das profissionais, mas de um processo de trabalho inserido em estruturas sociais mais amplas. Assim, compreender quem produz a notícia, em que condições e sob quais limites, torna-se fundamental para entender também os sentidos que circulam sobre a violência de gênero.

3. O trabalho das jornalistas no enquadramento da violência

Discutimos até aqui o trabalho jornalístico em termos mais gerais, mas é no plano concreto que suas contradições se tornam mais visíveis. Ao analisar o trabalho de jornalistas na cobertura da violência contra a mulher, a pesquisa evidencia que a produção dessas matérias está longe de ser um processo linear ou neutro. Ao contrário, ela se dá no interior de rotinas produtivas intensas, atravessadas por prazos curtos, hierarquias editoriais e limitações institucionais. As entrevistas realizadas com jornalistas que atuaram na cobertura da violência contra a mulher permitem compreender como essas condições operam na prática. De modo recorrente, aparece a tensão entre o reconhecimento da gravidade do tema e os limites impostos pelo ritmo de produção jornalística. A necessidade de publicar rapidamente, muitas vezes com base em informações iniciais ou incompletas, dificulta a construção de abordagens mais aprofundadas, especialmente em casos que exigiriam contextualização histórica e social.

Além do fator tempo, a definição das pautas e dos enquadramentos não depende exclusivamente das jornalistas que produzem seu material. As decisões editoriais são tomadas também levando em consideração os interesses do veículo, critérios de noticiabilidade e expectativas de audiência, o que restringe as possibilidades de abordagem. Percebe-se desta que forma que mesmo quando há intenção de produzir uma

cobertura mais crítica, essa intenção esbarra em limites estruturais do processo de trabalho.

Essa condição revela uma contradição importante. A relação das jornalistas com a temática da violência contra a mulher não pode ser explicada por uma suposta sensibilidade “natural”, mas deve ser compreendida a partir de sua posição social, de processos de socialização de gênero e de suas próprias experiências em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, enquanto trabalhadoras assalariadas, essas profissionais estão inseridas em um sistema produtivo que condiciona suas práticas, impõe limites e orienta prioridades. A tensão entre essas dimensões aparece nas falas das entrevistadas, que reconhecem a relevância do tema e se preocupam na condição de possíveis vítimas, mas também apontam dificuldades concretas para tratá-lo com a profundidade necessária.

Outro aspecto relevante diz respeito à própria divisão das pautas. A cobertura de temas relacionados à violência contra a mulher tende a ser associada a editoriais específicas ou a determinadas profissionais, o que pode reforçar uma divisão de trabalho marcada por gênero. Ao mesmo tempo, essa associação não garante autonomia ou valorização dessas pautas, que muitas vezes continuam sendo tratadas como temas secundários dentro da lógica produtiva do jornal. As condições de trabalho também impactam a forma como as fontes são acionadas e como as narrativas são construídas. A dependência de fontes institucionais, como polícia e sistema judiciário, é o elemento mais recorrente, o que contribui para a reprodução de determinadas perspectivas sobre a violência que já estão cristalizadas nessas categorias. A dificuldade de acessar outras fontes, como movimentos sociais ou especialistas, está diretamente relacionada ao tempo disponível, às exigências de produtividade, ao acesso rápido a essas pessoas e até mesmo ao enquadramento desse posicionamento em cadernos policiais, que têm um modelo próprio e é onde a maioria das matérias de violência contra a mulher são veiculadas.

Nesse contexto, o produto jornalístico final, que é a matéria publicada, não pode ser compreendido como expressão direta da visão individual da jornalista. Ele é resultado de um processo de trabalho coletivo e estruturado, no qual se articulam condições materiais, decisões editoriais e limites institucionais. Isso permite entender por que, mesmo em veículos com presença significativa de mulheres, persistem enquadramentos que reproduzem estereótipos ou simplificações. Ao mesmo tempo, a análise das

entrevistas também aponta para a existência de brechas. Em determinadas situações, as jornalistas conseguem tensionar enquadramentos, introduzir elementos de contextualização ou evitar abordagens explicitamente culpabilizadoras. Mas essas brechas não anulam as limitações estruturais, ao contrário, evidenciam o caráter contraditório do trabalho jornalístico.

Assim, o trabalho das jornalistas na cobertura da violência contra a mulher aparece como um espaço atravessado por disputas. De um lado, as exigências de produtividade, os interesses do veículo e as rotinas produtivas; de outro, a experiência social das próprias profissionais e sua relação com o tema. É nesse entrelaçamento que se produzem os sentidos que circulam sobre a violência de gênero.

4. Trabalho e produção do texto jornalístico

A análise das condições de trabalho das jornalistas permite avançar para uma questão central: de que maneira essas condições se materializam no produto jornalístico? Ou seja, como as rotinas produtivas, os limites institucionais e as relações de trabalho atravessam os sentidos que circulam nas matérias sobre violência contra a mulher?

A partir da análise das matérias e das entrevistas realizadas, torna-se possível observar que o enquadramento jornalístico não pode ser compreendido como uma escolha individual da jornalista, mas como resultado de um processo de trabalho. Como aponta Figaro (2014), o trabalho jornalístico deve ser entendido como prática social inserida em condições concretas de produção, marcada por relações de poder, hierarquias e exigências produtivas que condicionam a atividade profissional. Essas determinações aparecem de forma evidente na maneira como a violência contra a mulher é narrada. As limitações de tempo, a dependência de fontes institucionais e as orientações editoriais tendem a produzir narrativas mais imediatas, centradas no acontecimento, com pouca contextualização estrutural da violência. Nesse sentido, a notícia é produzida sob as mesmas determinações que caracterizam o trabalho assalariado em geral: a subordinação da atividade às exigências do processo produtivo, no qual o tempo e o ritmo de trabalho são definidos externamente à trabalhadora (MARX, 2013).

Esse movimento se expressa, por exemplo, na recorrência de matérias baseadas em boletins de ocorrência, registros policiais ou informações oficiais, nas quais a violência aparece como um evento isolado, desvinculado de relações sociais mais

amplas. A centralidade dessas fontes não decorre apenas de uma escolha editorial abstrata, mas das condições concretas de produção, que favorecem o acesso rápido a informações institucionais em detrimento de abordagens mais aprofundadas.

Ao mobilizar a teoria do jornalismo de Genro Filho (2012), é possível compreender melhor os efeitos desse processo. Para o autor, o jornalismo opera a partir de uma mediação entre três níveis: o singular, o particular e o universal. A notícia parte de um acontecimento singular, mas deve ser capaz de situá-lo em determinações particulares e universais, permitindo compreender sua inserção em processos sociais mais amplos. Quando essa mediação não se realiza, o jornalismo tende a permanecer no nível do singular, apresentando os fatos como episódios isolados.

No caso das matérias analisadas, observa-se uma predominância do singular. A violência contra a mulher aparece frequentemente como caso individual, restrito ao acontecimento imediato, sem articulação consistente com as estruturas sociais que a produzem. A ausência de mediação em direção ao particular, como as relações de gênero, classe e raça, e ao universal, como a própria estrutura da sociedade capitalista, contribui para a fragmentação da compreensão do fenômeno. Essa limitação não pode ser atribuída exclusivamente à jornalista, mas deve ser compreendida como efeito das condições de trabalho. A pressão por produtividade e a necessidade de atualização constante dificultam a construção de narrativas mais complexas, que demandariam tempo, investigação e ampliação do repertório de fontes.

Algumas das jornalistas que foram entrevistadas chegam a dizer que sabem que seria possível fazer um trabalho melhor, mas que não existe tempo e é necessário publicar o conteúdo cada vez mais rápido. Essa fala evidencia uma contradição central: existe, por parte das profissionais, a percepção da necessidade de aprofundamento, mas essa possibilidade é restringida pelas condições materiais do trabalho. Nesse sentido, a dificuldade de avançar do singular para o particular e o universal não é apenas um problema exclusivo de formação ou consciência, mas uma limitação estrutural do processo produtivo.

Ao mesmo tempo, a análise mostra que essas determinações não operam de forma absoluta. Em algumas matérias, é possível identificar tentativas de ampliar o enquadramento, incluir outras fontes ou introduzir elementos de contextualização. Essas brechas indicam que o trabalho jornalístico é atravessado por disputas, nas quais

diferentes possibilidades de produção de sentido coexistem, ainda que de forma desigual. Assim, o produto jornalístico deve ser compreendido como resultado de um processo no qual se articulam diferentes níveis: as condições materiais de trabalho, as decisões editoriais, as rotinas produtivas e a experiência social das próprias jornalistas. O enquadramento das matérias sobre violência contra a mulher, portanto, não é apenas uma questão de discurso, mas expressão de relações sociais concretas. Ao relacionar trabalho e produto, torna-se possível compreender que os sentidos que circulam nas matérias não são neutros nem aleatórios. Eles são produzidos em um contexto específico, no qual as exigências do capital, tais como produtividade, rapidez e adequação a critérios de noticiabilidade, influenciam diretamente as formas de narrar a violência. Assim, o jornalismo não apenas reflete a realidade social, mas participa ativamente de sua construção, a partir das condições em que é produzido.

5. Trabalho, gênero e produção de sentido

A análise desenvolvida ao longo do artigo permite compreender que a cobertura jornalística da violência contra a mulher não pode ser explicada apenas a partir do conteúdo das matérias, nem tampouco das escolhas individuais das jornalistas. Trata-se de um processo que articula condições de trabalho, divisão sexual do trabalho e formas específicas de organização da produção no capitalismo contemporâneo.

Ao situar o trabalho jornalístico no interior dessas determinações, torna-se possível deslocar a análise da esfera exclusivamente discursiva para uma compreensão material da produção de sentido. As limitações observadas na cobertura, como a predominância de narrativas centradas no acontecimento imediato e a dificuldade de contextualização, não são apenas falhas pontuais, mas expressões de um modo de organização do trabalho que privilegia a velocidade, a produtividade e a adequação a critérios de noticiabilidade. Nesse contexto, a contribuição de Fraser (2024) permite compreender que tais dinâmicas se inserem em uma contradição mais ampla do capitalismo, marcada pela tensão entre as exigências da acumulação e as condições de reprodução da vida. A sobrecarga das mulheres e a desvalorização das atividades de cuidado não operam apenas fora do mercado, mas atravessam também ocupações como o jornalismo, influenciando tanto as condições de trabalho quanto os conteúdos produzidos.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que o patriarcado não atua de forma externa ao processo produtivo, mas está imbricado na própria organização do trabalho. Como aponta Saffioti (2004), a dominação de gênero se articula às relações de classe, estruturando formas específicas de desigualdade. No caso do jornalismo, isso se expressa tanto nas condições de trabalho das jornalistas quanto na forma como a violência contra a mulher é narrada. A partir dessa articulação, torna-se possível compreender que a dificuldade de avançar do singular para o particular e o universal, conforme proposto por Genro Filho (2012), não se reduz a uma limitação técnica ou formativa, mas está relacionada às condições concretas de produção do trabalho jornalístico. A fragmentação das narrativas aparece, assim, como efeito de um processo mais amplo, no qual a produção de sentido está subordinada a determinações estruturais.

6. Conclusão

Este artigo buscou analisar o trabalho das jornalistas na cobertura da violência contra a mulher a partir de uma perspectiva materialista, deslocando o foco da análise do conteúdo das matérias para as condições concretas de sua produção. Ao compreender o jornalismo como trabalho inserido nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, foi possível evidenciar que os sentidos que circulam nas notícias não são resultado apenas de escolhas individuais, mas de um processo estruturado por relações de exploração, hierarquias produtivas e limites institucionais.

A partir da articulação entre teoria e empiria, o estudo mostrou que as condições de trabalho são marcadas pela intensificação do ritmo produtivo, pela dependência de fontes institucionais e pela subordinação às orientações editoriais, o que influencia diretamente na forma como a violência contra a mulher é narrada. Nesse contexto, a predominância de abordagens centradas no acontecimento imediato e a dificuldade de avançar para níveis mais amplos de compreensão não devem ser entendidas como falhas isoladas, mas como expressões de um modo de organização do trabalho.

Ao incorporar as contribuições do feminismo marxista, o artigo também evidenciou que a divisão sexual do trabalho atravessa o campo jornalístico, influenciando tanto as condições de trabalho das jornalistas quanto os conteúdos produzidos. Logo, a violência de gênero não aparece apenas como tema das matérias, mas como elemento inscrito nas próprias relações sociais que estruturam sua produção.

7. Referências

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FIGARO, Roseli. **O trabalho do jornalista: mediações, cultura e comunicação**. São Paulo: Paulus, 2014.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.
- LOPES, Yara. **O enquadramento jornalístico das matérias de violência contra a mulher e o trabalho das jornalistas da Gazeta ES**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) — UFES, Vitória, 2021.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.